

# Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos  
organizadores



# Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos  
organizadores

Brasília  
**FAC/UNB**  
2018

capa Rafiza Varão  
diagramação Rafiza Varão  
revisão Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,  
Brasília - DF, CEP: 70910-900

Telefone: (61) 3107-6627

E-mail: fac.livros@gmail.com

## DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

## VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

## CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

## CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cicilia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

## CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Covi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

## COORDENADORA EDITORIAL

Rafiza Varão

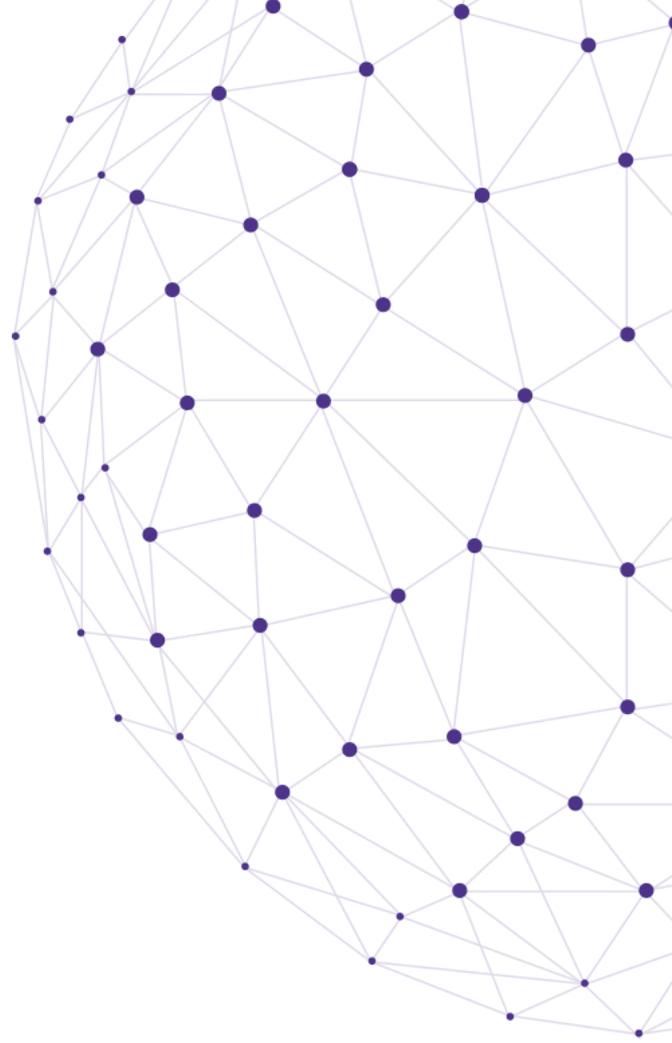
### Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

P912 Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo /  
Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos, organizadores. –  
Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018.  
241 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: <[https://faclivros.wordpress.com/  
category/livros/](https://faclivros.wordpress.com/category/livros/)>.

ISBN 978-85-93078-34-7

1. Jornalismo – Ensino. 2. Diretrizes Curriculares Nacionais. I. Pinheiro,  
Elton Bruno, (org.). II. Varão, Rafiza, (org.). III. Barcellos, Zanei, (org.). CDU 37:07



Feliz é o  
professor  
que  
aprende  
ensinando

*Cora Coralina*

# Sumário

9 Apresentação

## Parte I: TEORIA

13 Para que teorias? O fazer e o saber do Jornalismo  
Luiz Carlos Iasbeck

23 Jornalista profissional: novas competências para o egresso do bacharelado em Jornalismo  
Maria Elisabete Antonioli

33 A Transitoriedade da mídia impressa para o formato digital: reflexões da narrativa visual, multimídia e multimodal da notícia  
Suzana Guedes Cardoso

47 Os rumos do ensino do Jornalismo: o desafio de formar um novo profissional  
David Renault

61 Formação superior em Jornalismo: Análise de diretrizes e propostas de universidades brasileiras  
Edileuson Santos Almeida, Ada Cristina Machado da Silveira

73 Redações integradas e trabalho jornalístico: O uso das tecnologias para um trabalho emancipado e emancipador  
Carlos Figueiredo

## Parte II: ENSINO

- 87 **Experiência didática em Jornalismo: ensino com pesquisa sobre sites de notícias de Cuiabá (MT)**  
Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini
- 99 **Repórter UFMA e Imperatriz Notícias: relatos sobre as produções audiovisual e em *web* do curso de Jornalismo na UFMA de Imperatriz**  
Lívia Cirne, Lucas Reino, Marco Antônio Gehlen, Thaísa Bueno, Vítor Belém
- 109 **Experiência de um ensino de linguagem sonora para curso de Jornalismo**  
Nivaldo Ferraz
- 119 **O desafio do ensino do Jornalismo frente às mídias móveis**  
Rose Mara Pinheiro
- 129 **O ensino de Jornalismo e a convergência: Integração das redações como proposta pedagógica**  
Fábio Sadao Nakagawa, Suzana Oliveira Barbosa, Washington José de Souza Filho
- 139 **Impasses e oportunidades para o ensino de Jornalismo: o binômio perfil multitarefas e os processos de precarização**  
Dione Oliveira Moura, Ana Carolina Kalume Maranhão
- 149 **A perspectiva de gênero no ensino do Jornalismo: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR**  
Bruna Aparecida Camargo, Karina Janz Woitowicz

163 Ambientes, veículos, processos de produção e  
jornalistas mutantes: uma proposta didático-pedagógica  
Zanei Ramos Barcellos

## Parte III: Diretrizes

177 Novas diretrizes, velhas questões: o currículo do curso de  
jornalismo, antes e depois das DCN  
Marcio da Silva Granez

189 Cidadania nas DCN e Jornalismo Comunitário: breve  
reflexão sobre um panorama nacional do  
ensino de Jornalismo  
Cláudia Regina Lahni

203A Política de Extensão Acadêmica nas Diretrizes  
Curriculares Nacionais do Curso de Jornalismo  
Elton Bruno Pinheiro

215 O lugar da ética: Uma análise das recomendações sobre o  
ensino de ética e jornalismo nos cursos do Centro-Oeste  
após 2013  
Rafiza Varão



# Parte III

## DIRETRIZES



Cláudia Regina Lahni

# CIDADANIA NAS DCN E JORNALISMO COMUNITÁRIO

Breve reflexão sobre um panorama nacional do ensino de Jornalismo

## Introdução

Sem medo de errar, se pensarmos onde Luis Inácio Lula da Silva ou Dilma Rousseff apareceram, pela primeira vez, em textos e imagens, defendendo a classe trabalhadora ou lutando contra a ditadura militar, certamente a resposta não será um jornal da grande imprensa, mas sim a imprensa sindical, um jornal de partido de político de esquerda, jornais do movimento feminista ou outro representante da comunicação para a cidadania, comunicação alternativa, comunicação comunitária. Na mesma linha, antes de acabar o dia 7 de abril de 2018<sup>1</sup>, já podemos afirmar que a foto<sup>2</sup> que melhor retrata o dia foi feita e divulgada pela Mídia Ninja, apresentada com o texto “Lula onde merece: nos braços do povo #JamaisAprisionaraoNossosSonhos”. Nesse sentido, no presente capítulo apresentamos reflexões sobre jornalismo, comunicação, as novas diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo e cidadania, entendendo que é a comunicação comunitária o lugar por excelência de exercício e contribuição para a cidadania de todas e todos.

Assim, divulgamos aqui resultados de uma pesquisa que partiu das seguintes premissas: a comunicação é central na sociedade contemporânea; o jornalismo é fundamental para o acesso ao direito à informação – sendo este direito e o direito à comunicação imprescindíveis para o exercício da cidadania democrática; como previsto no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o/a jornalista tem como dever defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual – podemos entender – apregoa o direito à comunicação.

Com esses e outros pontos que relacionam a comunicação e o jornalismo ao exercício e ao respeito aos direitos humanos, buscou-se saber como o ensino de comunicação e/ou jornalismo comunitário contribui para a formação (integral e ética) do jornalista profissional. Investigou-se como a Comunicação Comunitária está organizada em currículos e em práticas cotidianas no ensino de jornalismo no Brasil. Consideramos a importância do ensino e da prática da Comunicação Comunitária, a qual definimos como aquela constituída por iniciativas populares (jornais e outras) e orgânicas aos movimentos sociais, segmentos populacionais organizados e ou organizações civis sem fins lucrativos (Peruzzo, 2008).

As respostas a essas questões fundadoras foram buscadas com o desenvolvimento de procedimentos em três etapas. Na primeira delas, foi realizada uma revisão bibliográfica com a abordagem dos temas ensino de jornalismo, ensino de comunicação comunitária, formação universitária, currículo e parâmetros curriculares para o ensino de jornalismo. Tal pesquisa foi .....

1 Data em que Luis Inácio Lula da Silva fez um pronunciamento no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ao lado de artistas, políticos de esquerda e em frente a uma multidão, em defesa da democracia e contra a sua injusta prisão.

2 Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/1121388491352628>.

feita, principalmente, na Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, na Revista da Intercom e na E-Compós (revista da Compós), nos anos 2009, 2010, 2011 e 2012. Esse primeiro ano foi definido pois em 2009 foi realizada a 1ª. Conferência Nacional de Comunicação; em 2009 foi decretado o fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão (o retorno da obrigatoriedade do diploma é ainda debatido, no Congresso Nacional); e, em 2009, o governo convocou uma comissão de especialistas da área para discutir o currículo de jornalismo.

Na segunda etapa da pesquisa, foi organizado um panorama nacional do ensino de comunicação comunitária nos cursos de jornalismo no Brasil. Foram visitados *sites* do Ministério da Educação, de cursos, faculdades e universidades, em busca de currículos da graduação em jornalismo. Como amostra, verificamos a organização sobre o tema em questão em uma universidade de cada Estado do país e do Distrito Federal.

Realizou-se uma terceira etapa de ações da pesquisa – a qual está parcialmente apresentada neste texto –, em que foram feitas entrevistas com docentes de comunicação comunitária (e disciplina similar) e coordenadores/a de cursos de jornalismo, de instituições de ensino da região sudeste.

## Cidadania, Jornalismo e Comunicação Comunitária

Pensando na centralidade da comunicação e em sua importância para o exercício da cidadania, consideramos que os cursos de graduação em jornalismo têm um papel fundamental na formação de profissionais que atuem de maneira a contribuir para a democratização da comunicação e esta em favor de uma sociedade mais justa. Sabemos, entretanto, que, no Brasil, a concentração dos meios de comunicação de massa, com a existência de oligopólios de comunicação e a prevalência da liberdade de empresa (não de imprensa) acabam influenciando cursos, que direcionam a formação do profissional para este mercado de trabalho. Dessa forma, avaliamos que o debate sobre tal situação, nos cursos de jornalismo, se dá especialmente na disciplina de Comunicação Comunitária.

Essa disciplina compõe o currículo de alguns cursos de Comunicação Social no Brasil, como disciplina regular ou como oferta optativa, conforme Miani (2010). Entretanto, concordamos com o autor que, embora não seja prerrogativa exclusiva da disciplina Comunicação Comunitária proporcionar aos alunos e às alunas uma reflexão crítica sobre a Comunicação e a sociedade, isso muitas vezes acaba ocorrendo (como citamos anteriormente). Neste sentido, destacamos a importância do trabalho de docentes e pesquisadoras (es) da Comunicação Comunitária em ensino, pesquisa e extensão junto aos e às estudantes, em prol de sua formação integral e humanitária. Tais ações vão ao encontro do trabalho e estudo em prol da cidadania ativa e democrática, como estabelecem o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (já citado) e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Jornalismo – com história lembrada, a seguir.

Em abril de 1999, a PUC-Campinas sediou o Seminário de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, evento que debateu propostas do MEC e de entidades ligadas à comunicação para o ensino de Jornalismo (Lahni, 2000). Essas propostas foram base para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação, aprovadas em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação, que substituiu a resolução 2/84 do MEC, a qual estabelecia um currículo mínimo para os cursos de jornalismo (comunicação em suas habilitações).

Quase uma década depois, o MEC constituiu uma Comissão de Especialistas para estudar e apresentar sugestões para compor as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo. Instituída pela Portaria MEC Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009, a Comissão foi composta por José Marques de Melo (presidente), Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira. Em seus estudos, a Comissão realizou três audiências públicas – no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife – e recebeu sugestões encaminhadas por meio de consulta pública que ficou disponível no Portal do MEC. Em audiência realizada em Brasília, no dia 18 de setembro de 2009, o então ministro Fernando Haddad recebeu o relatório final dos trabalhos realizados pela Comissão de Especialistas em Ensino de Jornalismo. Na ocasião, anunciou que encaminharia o documento para apreciação do Conselho Nacional de Educação (CNE), antes de promulgar o ato para fixar as novas diretrizes curriculares para os Cursos de Jornalismo.

Em 2010, houve manifestação formal da SBPJor sobre as novas diretrizes. Em maio de 2013, o CNE apresentou seu parecer às novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Jornalismo e, em junho de 2013, as entidades SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo), FNPJ (Fórum Nacional de Professores de Jornalismo) e Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) assinaram e dirigiram ao Ministro da Educação, Aluizio Mercadante, uma Carta Pública em prol da homologação das DCN de Jornalismo ([www.sbpjor.org.br](http://www.sbpjor.org.br)). Concluindo o processo iniciado em 2009, que apresenta preocupações debatidas em 1999, as DCN de Jornalismo foram homologadas em 12 de setembro de 2013. Os cursos de Jornalismo passam agora a ser regidos pelas novas Diretrizes Curriculares.

Vale mencionar que a partir de pesquisa sobre como estão estruturados os cursos de comunicação social com habilitação em jornalismo no Brasil (iniciada com base em doutoramento defendido em 2010 e que visitou 375 sites de Instituições do Ensino Superior, com curso de jornalismo), Bernardo e Leão (2012, p. 271, 272) apresentaram um retrato nacional da estrutura curricular dos cursos de jornalismo que, em sua configuração, tem as seguintes disciplinas: Filosofia; Sociologia da Comunicação; Antropologia Cultural; Psicologia da Comunicação; Economia Geral; Realidade Socioeconômica/Político; Estética, Comunicação e Cultura; Legislação e Ética; Língua Portuguesa e Laboratório de Texto; Teoria da Comunicação; Introdução ao Jornalismo; História da Comunicação; Metodologia Científica e de Comunicação; Fotografia e Fotojornalismo; Planejamento Gráfico; Técnicas de Reportagem e Entrevista; Assessoria de Comunicação; Jornalismo Impresso; Redação Jornalística; Radiojornalismo; Telejornalismo; Jornalismo On Line; Projeto Experimental; Duas ou mais Especializações; Administração em Jornalismo/Comunicação; Cinema; Seminários em Comunicação/Tópicos Especiais.

Elas apontam que “a estrutura curricular nacional aproxima-se muito do currículo ministrado na região Sudeste do país, até por esta região apresentar o maior número de habilitações em Jornalismo do Brasil” – o que motiva ainda mais pesquisas no sudeste sobre os cursos.

Como podemos notar, não aparece na referida estrutura a disciplina Comunicação Comunitária. Não sabemos se esta chegou a ser mencionada como parte do item “duas ou mais especializações”. De qualquer forma, não nos parece ter sido apresentada de maneira a fazer com que as pesquisadoras citassem a disciplina.

Por outro lado, a partir do documento da Comissão, dentre as competências gerais esperadas do profissional em jornalismo, destacamos: “Compreender e valorizar como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável”. Dentre as competências específicas esperadas do profissional em jornalismo, destacamos: “Conhecer a construção histórica e os fundamentos da Cidadania; Compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania; Compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo”. Notamos que são questões relacionadas à Comunicação para a Cidadania e a especificidades da Comunicação Comunitária, como mencionado por Miani (2010).

Refletindo sobre comunicação e cidadania, vale lembrar que em agosto de 2012, data que marcou os 50 anos do Código Brasileiro de Telecomunicações, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e entidades do movimento social popular (entre as quais a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, Associação Brasileira de Imprensa, Central Única dos Trabalhadores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, União Brasileira de Mulheres) lançaram a Campanha Para Expressar a Liberdade, com a proposta de construção de um país mais democrático e desenvolvido, a partir da garantia do direito à comunicação para todas as pessoas, o que se busca com uma lei de iniciativa popular que estabeleça a democratização da comunicação com a representação das minorias na mídia<sup>3</sup>.

A Campanha estimula o debate em torno do tema e busca assinaturas para um projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, na defesa da “promoção e garantia dos direitos de liberdade de expressão e opinião, de acesso à informação e do direito à comunicação” e pela pluralidade de ideias e diversidade. A Campanha vai ao encontro do estabelecimento de um Marco Regulatório da Comunicação para o Brasil.

.....  
<sup>3</sup> Proposta e projeto completos disponíveis em: [http:// www.paraexpressaraliberdade.org.br](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br). Acesso em: 08/06/2013.

Como na Argentina, no Canadá, na França e diversos outros países, o que se busca – por exemplo a partir da Campanha Para Expressar a Liberdade – é o debate e a definição de um Marco Regulatório da Comunicação no Brasil, com participação popular. Não é de hoje que, por exemplo, pesquisadoras, feministas e movimento social popular apontam a necessidade e reivindicam leis que garantam a visibilidade de mulheres (gênero que forma uma minoria social, ainda que maioria numérica) na mídia de maneira a contribuir para a expressão do que vem ocorrendo no mundo – com mulheres protagonizando diferentes papéis sociais em diferentes áreas – e, assim, contribuam para a cidadania feminina.

Entendemos o debate a respeito da comunicação e sua regulamentação, pois esta é fundamental na sociedade contemporânea. Podemos afirmar que a comunicação é a praça pública na atualidade, daí sua importância para visibilidade e discussões de idéias, grupos e suas questões. Nos meios de comunicação – tanto os massivos como os alternativos – as pessoas têm especial acesso à informação, direito previsto na Constituição.

Assim, dada a importância da informação na vida em sociedade esta é considerada um direito porta a outros direitos e, portanto, fundamental para o exercício da cidadania. Afinal, se alguém não tem informações sobre seus direitos como vai buscá-los? Cidadania é aqui considerada como o exercício de direitos – civis, políticos e sociais –, luta pela manutenção e ampliação desses direitos (Manzini-Covre, 1995).

A informação faz parte da primeira geração dos direitos humanos, o direito que se tem de ser informado, o qual nas democracias representativas de massa tende a ser extremamente amplo, mas “será sempre insuficiente” (RAMOS, 2005, p. 245).

Considerando isso, entre os anos 1960 e 70, a partir da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), “emergiu rica discussão sobre a comunicação e seu papel para o fortalecimento da democracia”. O principal momento deste debate foi a apresentação, em 1980, do relatório da comissão presidida pelo jurista e jornalista irlandês Sean MacBride, com o título “Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época”. Muito se discutiu, mas quase nada se avançou, porque a comunicação sempre é considerada estratégica para os governos. De acordo com o autor, “para o pensamento neoliberal que então começava seu período de hegemonia, era absurdo se pensar a comunicação na ótica de políticas nacionais. Mais absurdo ainda era pensar a comunicação como um direito mais amplo do que o consagrado, mas restritivo, direito à informação” (RAMOS, 2005, p. 246).

Em trabalho no qual apresenta estudo de material produzido pelos integrantes (e assessores técnicos) da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, instalada no âmbito da UNESCO em 1977, sob a coordenação de Sean Mac Bride, Sonia Virgínia MOREIRA (2010, p. 18, 19) aponta que “mais de três décadas depois é possível constatar que permanecem atuais muitos dos textos produzidos no período em que as relações entre países estavam ainda polarizadas pela Guerra Fria”. Conforme a autora, em termos mundiais existe um banco de dados essencial para compreender os diversos contextos em que se enfrentaram os blocos distintos de países no âmbito das Nações Unidas. “Há mais de 60 anos a Unesco resume os principais debates travados no contexto da Comunicação Internacional. Os Meios de Comunicação constavam da agenda da organização já nas Conferências Internacionais de 1948, em Beirute”, conta. Tal debate tem especial destaque, no final da década de 1970 e início dos 80, com a publicação do Relatório Mac Bride.

Esse debate volta com força, no final do século passado, muito impulsionado pelas novas tecnologias da comunicação, especialmente a internet. Para RAMOS (2005, p. 247), com as novas tecnologias e a internet, é “imperativo retomar o debate sobre o direito à comunicação enquanto um novo direito humano fundamental”.

Tais reflexões também aparecem (anteriormente e de outra forma) em obras de autores que muitas vezes são base para as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Norberto BOBBIO (1992, p. 24) defende a importância da comunicação para a cidadania. Conforme o autor pondera, ainda há muito a fazer pela garantia aos direitos humanos. Entretanto, o problema fundamental em relação aos direitos humanos, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político. É dessa forma se encontram os direitos à informação e à comunicação.

Para Maria de Lourdes MANZINI-COVRE (1995, p.11), “cidadania é o próprio direito à vida

no sentido pleno”. Entretanto, “trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência”. A cientista social considera a informação sobre direitos fundamental para o exercício da cidadania.

Essa importância da informação e da comunicação para a cidadania motiva teoria e ações reivindicativas. PERUZZO (2004, p. 54, 55) aponta que “aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos mesmos [meios de comunicação popular/comunitária] como um direito de cidadania” e o crescimento em favor do direito à comunicação. A autora ressalta o trabalho da Campanha Cris (Communication Rights in the Information Society) – Direito à Comunicação na Sociedade Informacional, um movimento que tem à frente organizações não governamentais da comunicação e dos direitos humanos, “com a finalidade de discutir a democratização das tecnologias de informação e comunicação (TICs)”.

No Brasil, tivemos a organização da Cris – seção nacional. Como essa, outros grupos (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Centro de Mídia Independente, Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social), com constituição mais antiga, atuam pela democratização da comunicação. Essas entidades e outras do movimento social popular (como sindicatos de trabalhadores, grupos feministas e associações diversas) conquistaram, junto ao governo federal, a realização, em 2009, da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, com conferências municipais e estaduais, que debateram a comunicação no Brasil e definiram diretrizes para a mesma, em busca de sua democratização. A participação dos movimentos sociais populares decorre do entendimento sobre a necessidade da comunicação para o exercício da cidadania.

Ao encontro disso, avaliamos que a disciplina Comunicação Comunitária tem importância na formação de jornalistas no sentido de contribuir para o exercício do direito à comunicação, principalmente das minorias sociais. Consideramos a centralidade do Direito Humano à Comunicação para a realização plena de toda pessoa e à necessidade do exercício da cidadania ativa e democrática. Salientamos a importância da democratização da comunicação para a democratização da sociedade.

Vale ressaltar que o direito à comunicação é aqui entendido, portanto, tendo em vista a centralidade da comunicação na sociedade contemporânea, como um direito fundamental, que vai garantir mais do que a informação (que chega), garantirá o poder de fala de pessoas e grupos, que precisam ver e ouvir seus temas e ideias em debate. O objetivo é a pluralidade de vozes e, assim, a visibilidade para a identidade e cidadania democrática de grupos diversos, em especial os minoritários. Entendemos que hoje a Comunicação Comunitária é esse espaço para o exercício do direito à comunicação, que constrói a democratização da comunicação, com a sua existência – como espaço democrático e como incentivo ou pressão para a mídia massiva pela democratização.

Também nessa linha, pensando na centralidade da comunicação e em sua importância para o exercício da cidadania, consideramos que os cursos de graduação em jornalismo têm um papel fundamental na formação de profissionais que atuem de maneira a contribuir para a democratização da comunicação e esta em favor de uma sociedade mais justa. Sabemos, entretanto, que, no Brasil, a concentração dos meios de comunicação de massa, com a existência de oligopólios de comunicação e a prevalência da liberdade de empresa (não de imprensa) acaba influenciando cursos, que direcionam a formação do profissional para este mercado de trabalho. Dessa forma, avaliamos que o debate sobre tal situação, nos cursos de jornalismo, se dá especialmente na disciplina de Comunicação Comunitária.

Como já mencionamos, essa disciplina compõe o currículo de alguns cursos de Comunicação Social no Brasil, sendo disciplina obrigatória ou optativa (Miani, 2010, p. 1 e 2). Salientamos que, embora não seja “prerrogativa exclusiva da disciplina de Comunicação Comunitária proporcionar aos estudantes da área uma reflexão crítica e emancipadora em relação ao campo da Comunicação, muito menos em relação à própria sociedade”, isso é o que acaba ocorrendo.

Assim, na busca por refletir sobre as questões aqui colocadas, procurou-se saber como o ensino de comunicação e ou jornalismo comunitário contribui para formação (integral e ética) do jornalista profissional. Como a comunicação comunitária está organizada em currículos e em práticas cotidianas no ensino de jornalismo no Brasil?

## O ensino de Comunicação Comunitária em pesquisas

Na primeira etapa foi realizada pesquisa bibliográfica tendo como fontes a Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (publicada pela Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), a E-Compós (publicada pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós) e a REBEJ (Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, publicada pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo – FNPJ). São periódicos vinculados a três das principais entidades científicas da área, referências no País. Os dados da revisão bibliográfica, aqui abordada, representam a primeira etapa da investigação, que localizou artigos sobre os temas mencionados anteriormente – ensino de jornalismo, ensino de comunicação comunitária, formação universitária, currículo e parâmetros curriculares.

A Revista Brasileira de Ciências da Comunicação é uma publicação semestral, em versões impressa e *online*. No período definido de quatro anos foram pesquisados artigos publicados em oito edições da Revista, localizados por meio do sistema de busca do próprio *site* da publicação<sup>4</sup> e pela leitura do sumário, palavras-chave e resumos de cada edição. Como resultado, três textos se encaixaram no contexto pré-definido desta investigação. “Ensino de rádio: uma proposta pedagógica no contexto da multiplicidade da oferta”, de Luiz Artur Ferraretto, publicado em 2009, reflete sobre o ensino de rádio e indica o ensino específico para rádio comunitária e educativa nos cursos de graduação em rádio. O autor critica o ensino voltado quase exclusivamente para o mercado e cita Peruzzo para destacar a importância do ensino voltado para o trabalho em emissoras comunitárias, mas não apresenta ensino de jornalismo ou comunicação comunitária entre as suas palavras-chaves e não aborda a disciplina Comunitária.

O texto “Para que servem os cursos de Jornalismo?”, de Andréa Aparecida da Luz, foi publicado em 2010. Trata-se de uma resenha do livro *A escola de jornalismo: a opinião pública*, de Joseph Pulitzer, publicado em 2009, pela Editora Insular. Escrito em 1904, o livro é uma defesa da criação da Escola de Jornalismo na Universidade Columbia e no espaço da resenha a autora também defende a existência das escolas de jornalismo.

O artigo “Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional”, de Cristiane Hengler Corrêa Bernardo e Inara Barbosa Leão, foi publicado em 2012, na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Resultado da tese de doutorado em Educação, de Cristiane Bernardo, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2010, o artigo apresenta as matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo no Brasil como objeto da investigação. Conforme o artigo, o ‘retrato nacional’ mostra a inexistência da disciplina Comunicação Comunitária nos currículos.

Como a publicação científica oficial da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, a revista E-Compós tem formato eletrônico e periodicidade quadrimestral. Lançada em 2004, “tem como principal finalidade difundir a produção acadêmica de pesquisadores da área de comunicação, inseridos em instituições do Brasil e do exterior”, informa o *site* da Associação<sup>5</sup>. Seguindo os objetivos do projeto ao qual se vincula este artigo, analisamos as três edições anuais da E-Compós entre 2009 e 2012, totalizando 12 edições.

Em 11 das edições analisadas, não foi encontrado artigo que atendesse às definições da pesquisa. Separamos inicialmente um artigo, ainda que o mesmo não correspondesse totalmente ao objeto pesquisado. Em “A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões” (publicado na E-Compós em 2011), o professor José Luiz Braga apresenta como palavras-chaves Pesquisa em Comunicação, Metodologias, Currículo, Fundamentação Teórica, Observação Sistemática, Objeções. Nas palavras do autor, “o texto toma como eixo a questão prática de como fornecer, na realidade atual dos programas de pós-graduação em Comunicação, apoio para o encaminhamento metodológico adequado de teses e dissertações” (BRAGA, 2011, p. 1). Ele também defende que pesquisas empíricas são um processo formativo essencial para mestrandos e doutorandos, com o foco na pós-graduação.

.....  
4 Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/index>. Acesso em 8, 9, 10 e 11/07/2013.

5 Informação do site da revista, disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em: 30/01/2014.

A Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, outra fonte de nossa pesquisa, é publicada pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. Lançada em 2007 é quadrimestral e tem como objetivo “ser uma ponte entre pesquisa e ações de ensino teórico e laboratorial”<sup>6</sup>. Conforme os objetivos desta pesquisa, observamos edições entre 2009 e 2012. As seis edições analisadas apresentam artigos com temas variados referentes ao ensino e à pesquisa sobre Jornalismo e Comunicação. Nesse conjunto foram localizados artigos sobre regulamentação da profissão, educação universitária, mercado de trabalho, convergência de mídia, ensino de rádio, telejornalismo, webjornalismo, jornalismo entre outros.

A Comunicação Comunitária aparece em “Jornal comunitário e história oral: correlação em trabalho realizado na periferia de Campinas”, de Amarildo Carnicel (2010), o qual apresenta um projeto de extensão em Campinas. Mas o ensino de Jornalismo Comunitário na graduação não foi tema publicado nas edições da Revista.

## Currículos pelo Brasil – trajetos e resultados

Na segunda etapa da pesquisa, organizou-se um panorama nacional do ensino de Comunicação Comunitária nos cursos de jornalismo no Brasil. Para isso, foram visitados *sites* de cursos, faculdades e universidades, em busca dos currículos da graduação em Jornalismo ou em Comunicação Social – habilitação Jornalismo. Como amostra, onde se mostrou possível, pesquisou-se uma universidade pública – federal ou estadual – com curso de Jornalismo, em cada estado do País; onde não há curso gratuito, foram pesquisadas faculdades particulares.

Primeiramente, buscamos informações junto ao Ministério da Educação (MEC). Visitamos os endereços <http://mec.gov.br/> e <http://emec.mec.gov.br/> - em dias diversos, em especial em 1º de agosto de 2014. Verificamos que constam, no Ministério da Educação do Governo Federal, o registro de 420 cursos de Jornalismo ou de Comunicação Social – com habilitação em Jornalismo –, em todo o Brasil. De acordo com os procedimentos adotados para a presente pesquisa, tendo como base o *site* do MEC e seu sistema de busca, definimos uma lista de 27 cursos, sendo todos presenciais, um de cada Estado e Distrito Federal, preferencialmente gratuitos.

Com a visita aos *sites* das universidades, centros universitários, faculdades e cursos, verificamos, nos currículos dos cursos de graduação em Jornalismo ou Comunicação Social - Jornalismo, a existência da disciplina Comunicação Comunitária ou Jornalismo Comunitário ou outra com outro nome e ementa semelhante à de Comunitária. A partir dessas ações, elaboramos uma relação em que percebemos as universidades ou faculdades, a existência da disciplina Comunicação Comunitária (ou semelhante) de forma obrigatória nos currículos e de forma eletiva ou optativa; a existência de outras disciplinas (obrigatórias ou optativas) que trabalhem questões de cidadania; e universidades ou faculdades em que os currículos não apresentam as questões de interesse da pesquisa.

Percebemos que, dos 27 cursos pesquisados, em 05 a disciplina Comunicação Comunitária (ou semelhante) é obrigatória nos seus currículos; em 08, a disciplina Comunicação Comunitária é eletiva ou optativa; somando-se temos 13 cursos com Comunitária, como obrigatória ou não (o que é quase a metade dos selecionados). Em 17 cursos, existem outras obrigatórias, eletivas ou optativas que se relacionam com cidadania, os quais, somados com os 13 cursos que têm Comunitária, chega-se a 30, o que não representa a totalidade dos cursos selecionados, pois em 03 deles não se observou disciplinas relacionadas com cidadania (Comunitária ou outras); isso significa que em alguns cursos mais de uma disciplina tem essa especificidade, o que consideramos positivo.

Também é possível perceber que os cursos que têm a disciplina Comunicação Comunitária como obrigatória concentram-se nas regiões Norte e Nordeste do País. Ao lado disso, na região Sudeste, onde concentra-se boa parte dos cursos de jornalismo do País, a amostra tomada revela disciplinas relacionadas com cidadania (Comunitária ou outra) em 03 dos quatro cursos pesquisados. No Rio de Janeiro, Comunitária aparece como optativa; em São Paulo, *idem* e também o conteúdo de comunitária é trabalhado em Laboratório de Iniciação ao Jornalismo. Em Minas Gerais, há disciplina relacionada diretamente com cidadania. Apenas no Espírito Santo não aparecem disciplinas com essa temática, conforme o que se tem nos currículos presentes no *site* da universidade.

.....  
<sup>6</sup>Informações no site da revista. Disponível em: [em: www.fnpi.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/index](http://www.fnpi.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/index). Acesso em: 19/05/2014.

## Entrevistas e compromissos

Na terceira etapa de ações da pesquisa, conforme planejado, foram feitas entrevistas com docentes de comunicação comunitária (ou disciplina similar) e coordenadores/a de curso. Com as entrevistas, objetivou-se conhecer os cursos, as disciplinas focadas no conteúdo de comunicação comunitária e a importância dessas para o curso, para a formação de estudantes e para a comunidade. Essa etapa de pesquisa foi realizada em uma amostra de seis instituições (três públicas e três particulares): USP, UERJ, UFJF, UMESP, PUC-SP e Faculdade Cásper Líbero<sup>7</sup>. Em função do espaço que se tem e por apresentarem informações, dados e comentários com mais relevância para os objetivos da pesquisa, vamos aqui relatar parte das entrevistas com docentes da USP, UERJ e UFJF.

Na USP, a Escola de Comunicações e Artes (ECA) foi criada em 1966 com o nome de Escola de Comunicações Culturais. Conforme seu *site* - <http://www3.eca.usp.br/> -, a ECA é composta por oito departamentos e pela Escola de Artes Dramáticas (EAD). Atualmente, oferece 22 habilitações profissionais em cursos regulares na área de graduação, 15 delas voltadas às Artes. São oferecidos dois cursos de Jornalismo: Comunicação Social – habilitação em Jornalismo – Matutino e Noturno.

No período desta etapa da pesquisa, a ECA-USP tinha em sua Comissão de Graduação como titular pelo Jornalismo o professor Wagner Souza e Silva, responsável pela coordenação do curso conforme a organização da referida Escola. Souza e Silva (2014) respondeu ao questionário sobre a Comunicação Comunitária no curso de Jornalismo, para esta pesquisa. O coordenador apontou a disciplina obrigatória Laboratório de Iniciação ao Jornalismo como “desenvolvida sob a prática de um jornalismo comunitário” (Souza e Silva, 2014).

No currículo de Jornalismo da ECA, consta a disciplina Jornalismo Popular e Comunitário como optativa, sendo Dennis de Oliveira o professor responsável, o qual respondeu questionário sobre o ensino de Comunicação Comunitária, para esta pesquisa (Oliveira, 2014). Esse docente também é o responsável por Laboratório de Iniciação ao Jornalismo, em que desenvolve ensino de jornalismo comunitário.

Conforme informações da Coordenação, na disciplina obrigatória Laboratório de Iniciação ao Jornalismo é produzido o jornal “Notícias da São Remo”, comunidade vizinha à USP. A reformulação da grade curricular (em andamento no momento da pesquisa) previa a disciplina passar a se chamar “Laboratório de Iniciação ao Jornalismo - Jornal Comunitário”.

A disciplina obrigatória Laboratório de Iniciação ao Jornalismo é oferecida todo semestre; a disciplina Jornalismo Popular e Comunitário tem sido oferecida uma vez ao ano. Souza e Silva aponta que a disciplina Laboratório de Iniciação ao Jornalismo “está no corpo das disciplinas laboratoriais” e Jornalismo Popular e Comunitário, “atualmente como optativa, está no rol de disciplinas que aprofundam contextos e práticas específicas”. Para o coordenador, “Laboratório de Iniciação ao Jornalismo” [considerada como a Comunitária obrigatória no curso] é uma disciplina fundamental dentro do curso, por ser o primeiro momento de contato com a prática jornalística.”

O professor Dennis de Oliveira, responsável na ECA-USP pelas duas disciplinas, em entrevista para esta pesquisa, reforça essa forma de organização do curso (Oliveira, 2014). Segundo ele, a disciplina Laboratório de Iniciação ao Jornalismo está na área das teórico-práticas e a de Jornalismo Comunitário é teórica. Quanto à importância das disciplinas para o curso, Oliveira avalia que “A disciplina de Laboratório é fundamental porque ela inicia a inserção dos alunos no universo do jornalismo pela prática do jornalismo comunitário, o que força discussões importantes como compromisso social do jornalista, relação com o público, entre outros. Na disciplina optativa, estes conceitos são aprofundados teoricamente.”

Conforme conta, na disciplina Laboratório de Iniciação ao Jornalismo, há a produção do jornal Notícias do Jardim São Remo, que é mensal, tablóide, com 16 páginas, distribuído aos moradores da favela São Remo – que fica atrás do campus Butantã. O jornal existe há vinte anos. Trata-se, portanto, de um trabalho contínuo e feito com a comunidade. Oliveira considera que o resultado do trabalho tem sido satisfatório. Quanto à importância da disciplina na formação dos/as jornalistas, para Oliveira (2014) “o jornalismo como atividade profissional e como campo de estudos só poderá recuperar suas dimensões éticas que definem suas especificidades pelo jornalismo popular e comunitário, uma vez

.....  
<sup>7</sup>Os sites dessas universidades, faculdades e cursos foram várias vezes visitados para esta investigação – desde 2012, quando da elaboração do projeto de pesquisa, até agosto de 2014, quando de sua finalização. Depois disso já retornamos diversas vezes a esses endereços.

que nestas experiências há maiores condições do exercício crítico e do compromisso social sem as pressões dos interesses mercadológicos.”

Avaliamos como interessante e positiva essa maneira de organização do curso na ECA-USP, naquilo que diz respeito à Comunicação Comunitária e sua importância. Afinal, na primeira disciplina prática do curso, os e as estudantes trabalham o jornalismo comunitário. Ao lado disso, também há a disciplina teórica optativa Jornalismo Popular e Comunitário, na qual conceitos são aprofundados de maneira teórica. Assim, tem-se mais teoria em disciplina com o nome de Comunitária e, em Laboratório de Iniciação ao Jornalismo, é realizado um trabalho prático contínuo com a comunidade (bairro do entorno do campus).

Na UERJ, a habilitação em Jornalismo do curso de Comunicação Social foi implantada em 1986, mesmo ano de criação da FCS (Faculdade de Comunicação Social). Conforme informações do *site* da FCS da UERJ, Jornalismo é a terceira carreira mais procurada no vestibular, com um índice de 18 candidatos e candidatas por vaga. Em relação à estrutura do curso, tem-se uma duração média de oito semestres e máxima de 14 semestres. A grade curricular, no momento da pesquisa, era de uma reformulação de 2003 e passava por nova mudança, iniciada em 2009 com término em 2013, para entrar em curso em 2015.

A FCS da UERJ tinha 648 discentes matriculados, assim alocados: 290 no curso de graduação em Jornalismo; 255 no curso de Relações Públicas; 25 na Pós-graduação (*lato sensu*) em Jornalismo Cultural; 22 na Pós-graduação em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública; 36 discentes no Mestrado; e 20 alunos/as no Doutorado (de acordo com informações do *site*).

Conforme informações do coordenador da graduação da FCS (no momento da pesquisa), professor Marcelo Kischinhevsky (2014), com a reforma curricular na UERJ, entre outras mudanças, a disciplina Comunicação Comunitária se torna obrigatória. No período da pesquisa, oferecida semestralmente, a disciplina Comunicação Comunitária era obrigatória apenas para o curso de Relações Públicas – e optativa para o Jornalismo. A disciplina é oferecida semestralmente, tendo como responsável o professor Marcelo Hernandez, do Departamento de Relações Públicas.

Quanto à área em que Comunicação Comunitária se insere no curso, Kischinhevsky aponta que “A disciplina figura no Eixo de Fundamentação Contextual do novo currículo, integrando o Núcleo Básico dos cursos de Jornalismo e de RP”. Sobre a importância da disciplina para o curso, Kischinhevsky avalia que “É considerada de grande importância, tanto que passará a figurar como obrigatória para o curso”. Ele conta que, “Até então, trabalhos de jornalismo comunitário eram realizados como parte do programa de outras disciplinas, como Radiojornalismo. Entendemos que agora haverá uma articulação maior das atividades envolvendo uma perspectiva comunitária, em nível de ensino, pesquisa e extensão.”

Avaliamos como muito positiva essa mudança na UERJ, que coloca a disciplina Comunicação Comunitária como obrigatória. Também avaliamos como positiva a realização de trabalhos de jornalismo comunitário como parte do programa de outras disciplinas. Percebemos aqui a importância de Comunitária ao se ter trabalhos que não estão no currículo ou documentos, mas na prática, no cotidiano, em atividades que podemos identificar como sendo do currículo oculto.

Na UFJF, o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo teve início em 1958. A partir de 1980, passa a funcionar em faculdade própria, com habilitações em Jornalismo, Relações Públicas e Radialismo. Em 2001, deu-se o início em carga de sua última reformulação, passando a ter somente a formação em Jornalismo, com o currículo que funciona atualmente (em 2014). O curso finaliza, em 2014, uma nova reforma curricular, cuja implantação (com a primeira turma em curso) termina em 2019. A partir de 2016, começa a implantação do curso de Rádio, TV e Internet (RTVI).

O curso *Diurno* atual, em média, é integralizado em quatro anos (oito períodos). Ao todo, o aluno e a aluna devem cursar 153 créditos em disciplinas obrigatórias, equivalente a 2.295 horas-aulas, e 27 créditos em disciplinas opcionais, que correspondem a 405 horas-aulas, para totalizar 2.700 horas-aulas. O novo currículo (em finalização no momento da pesquisa) conta com 2.205 horas-aulas em disciplinas obrigatórias, 300 em projetos experimentais, 300 em atividades ou disciplinas opcionais e 200 em estágio, totalizando 3.005 horas-aulas.

Na UFJF, a disciplina Comunicação Comunitária é obrigatória e oferecida semestralmente. A professora Cláudia Regina Lahni (autora deste capítulo) é a responsável pela disciplina, desde 2005. A

então coordenadora do curso, Letícia Torres Americano (2014), aponta que, com a reforma curricular, a disciplina passa para a área de Fundamentos da Comunicação, pois é uma disciplina de formação básica da área. Sobre a importância de Comunicação Comunitária para o curso, Letícia Torres Americano aponta que a disciplina é importante por diversas razões:

- capacita os alunos a trabalhar a comunicação junto aos movimentos sociais, um campo em crescimento desde a redemocratização do país.
- provoca uma reflexão sobre o papel e o compromisso do comunicador social em relação aos diversos atores da sociedade, mesmo que ele venha a trabalhar para a grande mídia.
- apresenta a importância da comunicação ser construída de forma conjunta e participativa, não sendo imposta pelo profissional, mas coordenada por ele.
- demonstra o compromisso de nossa faculdade com os movimentos sociais e com o futuro da sociedade brasileira. (Americano, 2014).

Em relação à importância da disciplina para o curso de Jornalismo da UFJF, além de concordar com o que foi mencionado pela então coordenadora, a presente autora lembra que, no início dos debates sobre reforma curricular, havia a proposta de tornar a disciplina eletiva, deixando de ser obrigatória, o que foi mudado a partir da ação desta professora junto aos colegas do então Departamento de Jornalismo – onde se encontrava a disciplina – e aos demais. Atualmente podemos avaliar que a disciplina tem no curso reconhecimento de sua importância. Quanto à necessidade na formação dos e das jornalistas, além da importância da disciplina já colocada acima, considera-se que com a Comunicação Comunitária os e as estudantes terão potencializada a capacidade crítica e reflexiva, as ações de comunicação pela cidadania e a busca por contribuir para o exercício do direito à informação, do direito à comunicação e da cidadania ativa e democrática.

Sobre o trabalho prático da disciplina na UFJF, desde 2005 são desenvolvidas ações de comunicação, dentro das atividades de Comunicação Comunitária, junto à região do bairro São Benedito – onde moram pessoas das classes populares e tem-se organizados grupos diversos do movimento social popular, que podemos identificar tanto como combativos como também como assistencialistas, ou ainda em um meio termo no que se refere a direcionamento e tipos de atuação. Também há anos é realizado um trabalho junto ao Comitê de Cidadania de Juiz de Fora – ligado à Comissão Justiça e Paz, que tem atividades de fiscalização da Câmara dos Vereadores, de combate à corrupção eleitoral e de formação política de adolescentes e jovens (entidade que identificamos como combativa). É realizado, também há anos, um trabalho junto à Sociedade Beneficente Mão Amiga, que trabalha com famílias carentes financeiramente, em especial em um bairro das classes populares de Juiz de Fora (entidade assistencialista). Esses três trabalhos junto à comunidade são contínuos. Contando com eles, trabalhamos com quatro comunidades e, no segundo semestre, até 2017, com oito comunidades – grupos diversos do movimento social popular. O retorno da sociedade organizada tem sido bastante positivo.

Da parte de alunos e alunas o retorno também tem sido bastante positivo e chegado de diversas maneiras – como por exemplo, a partir de depoimentos deles e delas em sala ou junto à professora e ou a colegas. Outra importante forma de retorno por parte de estudantes é expressa na pesquisa. Entre outros, como exemplo, o trabalho junto à Mão Amiga foi tema de monografia de conclusão de curso (Jordana Carvalho Moreira, 2014).

Dessa forma, consideramos a importância da continuidade do trabalho da disciplina na UFJF, assim como, com o respaldo das novas DCN para os Cursos de Jornalismo, trabalharmos outras disciplinas que atuem diretamente junto à comunicação para a cidadania, como por exemplo, Comunicação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais, que começou a ser oferecida no primeiro semestre de 2014, como eletiva, na Universidade Federal de Juiz de Fora.

## Considerações Finais

Os resultados da primeira etapa da pesquisa “Comunicação Comunitária, Formação de Jornalistas e Cidadania” foram aqui apresentados. Percebemos que a Comunicação Comunitária e o

seu ensino como disciplina da graduação em Comunicação – em Jornalismo – ainda é assunto pouco presente nas revistas analisadas. O ensino (de Comunicação Social e de Rádio) é tema de dois artigos ao longo de quatro anos (oito edições) da Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Desses, apenas um destaca o contexto comunitário e sua importância no ensino de rádio. Na E-Compós, o ensino praticamente não aparece como tema. Na Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, o ensino em Comunicação e Jornalismo está presente, em acordo com o próprio objetivo da Revista, mas o ensino de Comunicação Comunitária está ausente.

Ressaltamos que entendemos a necessidade do exercício do direito à comunicação na sociedade contemporânea e a importância da formação de jornalistas que possam contribuir para a democratização da comunicação. As publicações científicas que serviram como fontes desta fase da pesquisa, porém, não focam o ensino da Comunicação Comunitária como tema de artigos ou resenhas.

Com base no currículo modelo proposto pela UNESCO, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Jornalismo apontam a necessidade de inclusão de pontos atinentes à cidadania e à democratização entre os temas essenciais para a formação em Comunicação/ em Jornalismo. Avaliamos que, no âmbito da produção de textos científicos, é preciso dar mais atenção a estudos que tenham como objeto questões vinculadas diretamente ao exercício cotidiano da cidadania e da democracia. A proposta desta investigação é contribuir para que a pesquisa no campo específico da Comunicação Comunitária possa abranger também o ensino do tema entre os elementos da graduação, com o objetivo de trabalhar junto pela construção do ensino, da pesquisa, da extensão e da prática profissional do jornalismo mais democrático e em prol da democracia.

Na segunda etapa da pesquisa, também aqui apresentada, investigando o *site* do MEC e de várias universidades, faculdades e centros, a partir dos 420 cursos registrados junto ao Ministério da Educação, elaboramos uma amostra com 27 cursos de Jornalismo, representando o Distrito Federal e os 26 estados do País. Na amostra percebemos a disciplina Comunicação Comunitária como obrigatória ou como eletiva em 13 cursos desse total de 27; também notamos em 24 desses cursos a existência de disciplinas que indicam contemplar conteúdos relativos à Comunicação para a Cidadania.

Ao olharmos a relação de cursos presente no *site* do MEC, com a observação de determinados itens ali expostos, são percebidas mudanças nos cursos, como por exemplo o nome Comunicação Social (com ou sem a nomenclatura habilitação Jornalismo) passando para Jornalismo, o que significa a extinção de cursos e a criação de outros, certamente com alterações em seus currículos. Essa mudança, como também uma organização mais voltada para a cidadania, olhando-se para os *sites* do MEC e de universidade, é possível perceber. Avalia-se que tais ações nos cursos são feitas em função das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo, que, ainda que publicadas em 2013, já eram conhecidas em 2009.

Na terceira etapa da pesquisa, fizemos entrevistas com coordenadores e coordenadora de cursos e docentes responsáveis pela disciplina Comunicação Comunitária em seis instituições de ensino – três públicas e três particulares –, no sudeste do País. Apresentamos, neste capítulo, informações e comentários referentes às três universidades públicas. Com as entrevistas, como mostramos, verificamos que há um trabalho sólido ou se consolidando em relação à disciplina Comunicação Comunitária, nas referidas instituições de ensino superior, o qual tem grande importância para o curso, entendendo-a como fundamental para a formação dos/das jornalistas.

Dada a importância da Comunicação e da Educação e a importância da pesquisa para o aperfeiçoamento do ensino e da prática profissional, com o término da referida investigação apresentada neste capítulo, realizamos (2015-2017) a pesquisa “Formação no Ensino Universitário e Apoio ao Movimento Social Popular: Um estudo da disciplina Comunicação Comunitária”, que busca saber mais sobre a atuação da disciplina no contexto da cidade de Juiz de Fora (Minas Gerais) – tendo como base a Universidade Federal de Juiz de Fora. Em 2017, passamos a divulgar os resultados finais desta investigação e a realizar o projeto “A pesquisa e o ensino da comunicação e relações de gênero: Qual o espaço da mulher lésbica na graduação e prática de jornalismo?” Assim, com pesquisa, ensino, extensão e militância queremos colaborar com o conhecimento acumulado sobre comunicação para a cidadania e colaborar com a construção de uma sociedade mais igualitária e com respeito para tod@s, considerando o decisivo papel do jornalismo nesse sentido.

## Referências

- AMERICANO, Letícia Barbosa Torres. **Entrevista para esta pesquisa**. Juiz de Fora, 24 de julho de 2014 (realizada por email, com uso de questionário).
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – **SBPJOR**. Acesso em 29 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br>
- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.
- BAPTISTA, Rúbia. Comissão de Jornalismo faz primeira audiência para revisar currículos. In: **Educação – Portal do MEC** - Rio de Janeiro, 20 de março de 2009 – [portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br) – acesso em 22 de setembro de 2012.
- BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa e LEÃO, Inara Barbosa. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional. INTERCOM, **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. SÃO PAULO, v. 35, n.1, janeiro/junho 2012, p. 253-274.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compós**. Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011 - [www.e-compos.org.br](http://www.e-compos.org.br).
- CARNICEL, Amarildo. Jornal comunitário e história oral: correlação em trabalho realizado na periferia de Campinas. In: **REBEJ - Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**. Brasília, FNPJ, 2010, Vol. 1, n. 6, p. 33-58, [www.fnpj.org.br/rebej](http://www.fnpj.org.br/rebej) - acesso em 19, 20 e 21 de maio de 2014.
- E-COMPÓS**. Disponível em 30 de outubro de 2013 e 30 de janeiro de 2014 em <http://compos.org.br>
- FERRARETTO, Luiz Artur. Ensino de rádio: uma proposta pedagógica no contexto da multiplicidade da oferta. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, Intercom, v. 32, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 129-146.
- GROSSI, Eduardo. **Entrevista para esta pesquisa**. São Paulo, Juiz de Fora, 26 de agosto de 2014 (entrevista feita por email, com uso de questionário).
- GUARESCHI, Pedrinho A. **O direito humano à comunicação**: pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013.
- KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Entrevista para esta pesquisa**. Rio de Janeiro: Juiz de Fora, 24 de julho de 2014 (realizada por email, com uso de questionário).
- LAHNI, Cláudia. A experiência de Jornal Laboratório em Rádio na PUC-Campinas: produções periódicas e diferenciadas. In: **Revista de Estudos de Jornalismo**. Campinas, PUC-Campinas, v. 3, n1, janeiro/junho 2000, p. 78-92.
- LAHNI, Cláudia Regina. Por uma formação do comunicador integral: Teoria e Prática em Jornal Laboratório e Comunicação Comunitária. In: **Lumina**. UFJF, v.7, n.1-2, janeiro/dezembro 2004. Juiz de Fora, UFJF, 2006, p.117-132.
- LAHNI, Cláudia Regina. Reflexões iniciais sobre Comunicação Comunitária, formação de jornalistas e cidadania, a partir de artigos na Intercom e na Compós. In: **Razón y Palabra**. México, abril-junio de 2014, n. 86, p. 1-19.
- LUZ, Andréa Aparecida. Para que servem os cursos de Jornalismo? In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, Intercom, v.33, n.2, jul./dez. 2010, p. 259-262.
- MACEDO, Marcelo Hernandez. **Entrevista para esta pesquisa**. Rio de Janeiro, Juiz de Fora, 30 de julho de 2014 (realizada por email, com uso de questionário).
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MIANI, Rozinaldo Antonio. Comunicação comunitária: uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul, RS, Intercom, 2 a 6 de setembro de 2010.
- MODELO CURRICULAR DA UNESCO para o Ensino de Jornalismo**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em 3 de maio 2014 em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001512/151209por.pdf>
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Espaços da Comunicação: a atualidade da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, Intercom, v.33, n.2, jul./dez. 2010, p. 17-32.
- MOREIRA, Jordana Carvalho. **A comunicação comunitária e as instituições sem fins lucrativos: o**

caso da Sociedade Beneficente Mão Amiga. Juiz de Fora, Facom-UFJF, Monografia de Conclusão de Curso, 2014.

OLIVEIRA, Dennis. **Entrevista para esta pesquisa**. São Paulo, Juiz de Fora, 12 de agosto de 2014 (realizada por email, com uso de questionário).

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal, UFRN, Intercom, 2008.

\_\_\_\_\_. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação pública**. Campinas (SP): Alínea, 2004, p. 49-79.

**PROJETO LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA**. Acesso em 08 de junho de 2013 e 14 de junho 2014. Disponível em: [www.paraexpressaraliberdade.org.br](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br)

RAMOS, Murilo Cesar. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. . In: MARQUES DE MELO, José e SATHLER, Luciano (orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005, p. 245-254.

RELATÓRIO da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação – **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**. Disponível em 12/junho 2014 em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_final\\_cursos\\_jornalismo.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf)

**REVISTA Brasileira de Ciências da Comunicação**. Acessos em 8, 9, 10, 11 e 12 de julho de 2013. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/index>

**REVISTA Brasileira de Ensino de Jornalismo – REBEJ**. Acesso em 22, 23 e 24 de setembro de 2012 e 29 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/noticias/pagina1/fnpj>

SOARES, Nicolau. A ditadura da grande mídia cala o país. In: Caros amigos, São Paulo, **Caros Amigos**, maio de 2013, p. 24-28.

SOUZA E SILVA, Wagner. **Entrevista para esta pesquisa**. São Paulo, Juiz de Fora, 13 de agosto de 2014 (realizada por email, com uso de questionário).

